

Providências cautelares contra o roubo de salários

20-Jan-2011

NOTA DE IMPRENSA DA FRENTE COMUMA Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública está a ser confrontada com notícias diversas, veiculadas para a Comunicação Social pelo Ministério das Finanças, e comunicando eventuais decisões judiciais sobre as Providências Cautelares que estes Tribunais Administrativos contra a Administração e sobre as quais não lhes foi comunicada qualquer decisão.

Independentemente de outras considerações, tais notícias do Ministério das Finanças sobre os processos causa são podem ser entendidas como contra-informação do Governo.

A não ser contra-informação do Governo, teríamos de admitir “o que não queremos acreditar” que os Tribunais estão a quebrar a sua isenção e a tratar de forma privilegiada o Governo, favorecendo-o através de informação privilegiada que, a existir, teria de ser prestada em simultâneo aos Sindicatos.

Aproveitamos para referir o sentimento de impunidade do Governo, que, neste processo, chega a violar não só princípios constitucionais, mas também princípios legais básicos, aplicando “taxas” aos trabalhadores pela prestação de qualquer serviço “apesar da liofilizada Ministra da Educação afirmar que está a respeitar o Orçamento do Estado (claro que não refere, porque não existe, a norma específica que lhe permitiria aplicar uma “taxa-roubo”).

O comportamento do Governo está cada vez mais a subsumir-se ao conceito de uma ditadura com medidas sociais terroristas.